



Waldemir Barreto/Agência Senado



Plenário acata proposta que obriga os estados a elaborar planos regionais de instalação de serviços especializados em oncologia; texto segue para sanção

SUS terá prazo para começar tratamentos contra câncer

Senado aprova projeto que determina máximo de 60 dias entre o diagnóstico e a realização de cirurgia, radioterapia ou quimioterapia e facilita o acesso de paciente com dores a analgésicos potentes

Segue para a sanção presidencial texto de substitutivo da Câmara a projeto do ex-senador Osmar Dias. Pela proposta, o prazo estipulado para início do tratamento pode ser até menor do que 60 dias, conforme a necessidade terapêutica do caso. O projeto ainda obriga os estados a elaborar planos regionais de instalação de serviços especializados

em oncologia, de modo que áreas não contempladas passem a ter acesso a esses serviços. Outra medida prevista é o acesso gratuito e privilegiado a analgésicos derivados do ópio, como morfina, para as pessoas com câncer. A relatora, Ana Amélia, afirmou que a demora em começar o tratamento é hoje o principal problema na terapêutica do câncer no Brasil. **4**

CPI do Cachoeira: impasse continua

Reunidos ontem, líderes partidários não chegaram a acordo sobre a prorrogação da CPI do Cachoeira. A oposição quer mais 180 dias para

apurar as denúncias, enquanto a base governista defende um período menor. O prazo original para conclusão é 4 de novembro. **5**

Lio de Paula/Agência Senado



Vital do Rêgo (C) coordena reunião de líderes, ontem: embate entre governistas e opositoristas



Jonas Pereira/Agência Senado

Entre senadores, Nelson Jobim cumprimenta Sarney na cerimônia de entrega do relatório parcial

Pacto federativo ganha 9 sugestões

A comissão de especialistas que avalia formas de minimizar conflitos entre estados entregou ontem seu relatório parcial ao presidente

do Senado, José Sarney. Documento busca mais equilíbrio na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados. **3**

União pode compensar municípios pela redução do IPI **8**

Comissão aprova cobrança de ISS sobre anúncio em outdoor **3**

Governo prepara projeto sobre direito autoral, diz Marta **6**



Gerardo Menges/Agência Senado

Observado pelo senador João Costa, o diretor da ANS Bruno Sobral de Carvalho fala na audiência

Convênio paga R\$ 12 por sessão a fisioterapeuta

Em audiência no Senado, profissionais da saúde reclamaram dos baixos honorários pagos pe-

los planos de saúde. Operadoras responderam que custo do setor é crescente e que lucro é baixo. **7**

Juristas vão propor atualização da Lei de Execução Penal **5**

Senado confirma nome de Teori Zavascki para ministro do STF

Ministro do Superior Tribunal de Justiça foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a vaga deixada por Antonio Cezar Peluso. Houve 57 votos favoráveis e quatro contrários. **5**

Em visita ao Senado, presidente da Fiesp defendeu votação rápida da medida provisória. Skaf considera "muita coincidência" ocorrer uma série de apagões no momento em que o Congresso analisa a proposta

Skaf pede velocidade na MP que reduz tarifas de energia

O PRESIDENTE DA Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, disse ontem no Senado que é "muita coincidência" uma série de apagões acontecerem na mesma época em que se discute a medida provisória (MP) 579/12, que reduz as tarifas de energia.

— Eu tenho uma pulga atrás da orelha. De repente, na hora em que sai uma medida que beneficia as pessoas e contraria o interesse de meia dúzia de grupos estatais, começam essas histórias — afirmou o empresário, que visitou o presidente do Senado, José Sarney, para pedir a votação rápida da MP.

Skaf reforçou o pedido ao ao relator da comissão mista do Congresso que analisa a MP, Renan Calheiros (PMDB-AL). A comissão vota hoje o plano de trabalho.

Questionado se as medidas provisórias relacionadas ao setor elétrico seriam intervencionistas, ele disse que não.

— Eu acho que o governo não rompeu contrato com ninguém. Pelo contrário, as pessoas que tinham contrato com data de vencimento é que queriam que não tivesse data de vencimento — disse o presidente da Fiesp.



Além de Sarney (D), Skaf (E) visitou o relator da MP, senador Renan Calheiros

A MP concede a prorrogação das concessões de energia para geradoras, transmissoras e distribuidoras, caso concorde com algumas condições. Entre elas, a remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O que vai reduzir o preço da conta de luz será a diminuição do valor dos encargos, da tarifa de uso dos serviços de transmissão e do valor da compra de energia. O governo federal pretende reduzir em 16,2% as tarifas pagas pelos consumidores.

A medida alcança apenas as concessionárias que tiveram uma primeira prorrogação pela Lei 9.074/95. Essas concessões estão vencendo em poucos anos e, teoricamente,

deveria haver novas licitações. No entanto, o governo resolveu prorrogar os contratos por mais 30 anos para as empresas que aceitarem a nova tarifa e antecipar os efeitos da prorrogação a partir de 2013.

Todas as empresas de transmissão e de distribuição mostraram interesse em prorrogar os contratos dependendo da tarifa que deverá ser sugerida amanhã pelo governo.

No entanto, das 123 empresas de geração, 14 não se manifestaram, o que, desde já, impede a prorrogação para elas. Algumas têm sinalizado que vão buscar o que julgam ser direito de isonomia com relação a outras empresas que conseguiram exercer a prorrogação concedida pela Lei 9.074/95.

Piauienses buscam apoio à construção de gasoduto

O governador do Piauí, Wilson Martins, acompanhado pelos senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Wellington Dias (PT-PI) e por deputados do estado, pediu apoio do presidente do Senado, José Sarney, para o redimensionamento do projeto do Gasoduto Meio-Norte, que deve ter 948 quilômetros e vazão de 5,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Sarney prometeu contribuir com o projeto, que engloba 37 cidades — 13 do Ceará, 10 do Piauí e 14 do Maranhão.

Segundo Wellington, com a construção será possível atender a longo prazo pelo menos metade da demanda do país por gás natural. Desde 2006 o projeto conta com licença prévia e de instalação, mas, de acordo com Martins, era previsto que o gás viria da Bolívia. Com a descoberta da reserva de gás natural na bacia do Rio Parnaíba, a proposta ganhou força.

Eletrobras poderá receber empréstimo para hidrelétricas

As obras do Complexo São Bernardo, formado por quatro pequenas centrais hidrelétricas em Santa Catarina, poderão ser beneficiadas por empréstimo de 45,9 milhões de euros do banco alemão KfW à Eletrobras. A operação foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião presidida pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

O relatório favorável à operação, do senador Walter Pinheiro (PT-BA), esclarece que o investimento total previsto é de até 144,8 milhões de euros, sendo 98,9 milhões de contrapartida da Eletrobras.

A comissão aprovou requerimento para que a matéria seja votada em regime de urgência pelo Plenário do Senado. Várias outras operações de crédito poderão integrar a pauta da reunião extraordinária da CAE convocada para hoje.

Braga diz que existe lobby contra marco regulatório do setor

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que há lobby de diversos setores contra as mudanças no marco regulatório da energia elétrica, previstas nas Medidas Provisórias 577/12 e 579/12.

Para ele, é preciso mobilizar a opinião pública contra essas ações, que podem inviabilizar a redução no preço da energia.

Braga chegou a levantar dúvida sobre a origem dos apagões que têm afetado o país. Ele suspeitou da ligação desses eventos com "mecanismos nem sempre corretos" contrapostos à intenção do governo de negociar os contratos de concessão.

— Como engenheiro, sei que é impossível um raio cair seis vezes no mesmo lugar — afirmou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que as declarações de Braga são graves e precisam ser analisadas pelo Congresso Nacional.

Palestra e música encerram eventos do Dia do Servidor

O Senado conclui hoje os eventos em homenagem ao Dia do Servidor, comemorado domingo. Às 10h, no Interlegis, o professor Paulo Vicente Alves falará sobre "Cenários e desafios para a administração pública". Ele abordará os desafios da administração diante das transformações.

Às 18h, o Coral do Senado se apresentará na Secretaria de Recursos Humanos (SRH). Em seguida, será aberta a campanha de Natal. Também será inaugurado o novo espaço da SRH, próximo à Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Rolleberg quer fortalecer carreiras do serviço público

Ao lembrar o Dia do Servidor, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu o fortalecimento das carreiras. Ele afirmou que oportunidades de formação e melhores condições de trabalho podem impactar na qualidade de vida da população.

— Não me refiro apenas a justa remuneração, nem apenas a condições dignas de trabalho, mas a oportunidades de modernização e formação, com políticas de valorização.

O senador anunciou que deve apresentar substitutivo ao PLS 74/10, que estabelece regras para concursos públicos, do qual é relator na CCJ.



Waldemar Barreiros/Agência Senado

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO: Prazo de precatórios**
14h Entre os itens da pauta, proposta que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatórios até dezembro.
- ▶ **PRESIDÊNCIA: Fiscalização de obras**
11h Visita de Francisco Balestrin (Associação Nacional de Hospitais Privados) e, às 11h30, Sérgio Dâmaso (DNPM); às 15h30, entrega de relatório de fiscalização pelo TCU; às 16h, ordem do dia.
- ▶ **AVIAÇÃO CIVIL: Eleição de presidente**
9h A Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil elege presidente.
- ▶ **CCT: Política de biogás**
9h A Comissão de Ciência e Tecnologia debate a política nacional de biogás.
- ▶ **CAS: Informatização na saúde**
9h A Comissão de Assuntos Sociais examina projeto que trata da informatização de serviços de saúde, entre outros.
- ▶ **CDH: Questão racial**
9h A Comissão de Direitos Humanos debate a questão racial no Código Penal, com o ministro do STJ Benedito Gonçalves.
- ▶ **CCJ: Instituições financeiras**
10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa, entre outros, projeto sobre furtos e roubos contra instituições financeiras.
- ▶ **CE: Educação e federalismo**
10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência no ciclo de debates sobre educação e federalismo.
- ▶ **MÊS DO SERVIDOR: Palestra e coral**
10h Palestra de Paulo Vicente Alves (FGV); às 18h, apresentação do Coral do Senado na inauguração de espaço da SRH.

- ▶ **CAE/CI: Energia elétrica**
10h30 Audiência pública com o diretor de Gestão do Setor Elétrico do Ministério de Minas e Energia, Marcos Franco Moreira.
- ▶ **CI: Construção de presídios**
14h Na pauta, proposta que estabelece normas para parceria público-privada para construção de estabelecimentos penais.
- ▶ **CDR: Ecoturismo**
14h Entre os itens na pauta da comissão, está o projeto que cria fundo de incentivo à geração de emprego em ecoturismo.
- ▶ **CPI DA MULHER: Distrito Federal**
14h Audiência pública na comissão que investiga a violência contra a mulher terá a presença do secretário de Segurança do Distrito Federal, Sandro Avelar.
- ▶ **CMMC: Desmatamento**
14h A comissão promove debate sobre os planos de controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado e o plano de agricultura de baixa emissão de carbono.
- ▶ **CPI: Tráfico de pessoas**
14h Senadores da comissão parlamentar de inquérito que investiga o tráfico nacional e internacional de pessoas se reúnem para votação de requerimentos.
- ▶ **CMO: Créditos adicionais**
14h30/18h A comissão tem duas reuniões para analisar projetos que liberam créditos para vários ministérios.
- ▶ **MERCOSUL: União Europeia**
15h Encontro de delegação do Parlamento Europeu com integrantes da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto de lei prevê que prefeitura cobre imposto sobre outdoors publicitários

Os municípios poderão ampliar as receitas com uma decisão tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os senadores aprovaram projeto (PLC 32/12) que inclui a publicidade em outdoors, placas e displays entre as atividades das quais se cobra o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

A proposta, de acordo com o autor, deputado federal Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), está de acordo com a interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) de que essa modalidade de veiculação deve ser tratada como serviço de publicidade, e não de comunicação.

A solução desse conflito de interpretação, pelos termos do projeto de lei aprovado ontem pela comissão, beneficia os municípios. Primeiro, porque o ISS é um tributo municipal. Depois, porque

os serviços de comunicação são tributados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) fez restrição a um dispositivo do projeto que poderia significar prejuízo para os municípios: os valores referentes à locação dos espaços e os descontos legais em favor das agências de publicidade ficam excluídos da base de cálculo do ISS.

Para evitar o retorno do texto à Câmara dos Deputados, o relator do projeto, Lindbergh Farias (PT-RJ), sugeriu a negociação de um veto presidencial a esse dispositivo específico. Com o compromisso do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), de enviar a solicitação ao Planalto, o projeto foi aprovado pela CAE e agora irá para o Plenário em regime de urgência.



Nelson Jobim (D), presidente da comissão, diz na cerimônia de entrega que foi encontrado o caminho para discutir a solução

Especialistas entregam nove ideias sobre pacto federativo

Presidente do Senado recebe o relatório da comissão de especialistas que faz sugestões para minimizar conflitos entre estados e afirma que trabalho conduzido por Jobim será marco permanente na Casa

A COMISSÃO DE especialistas que trata de questões do pacto federativo entregou ontem, após 11 reuniões desde abril, o relatório parcial ao presidente do Senado, José Sarney. O documento tem três propostas de emenda à Constituição (PEC), quatro projetos de lei e duas emendas a projetos já em tramitação.

Uma das propostas é a troca do indexador da dívida dos estados, do atual IGP-DI para o IPCA, causando alívio nas contas estaduais. Outra sugestão é a troca dos juros anuais, que hoje variam entre 6% e 9%, para 4%. A comissão também propôs proibir normas nacionais com repercussão sobre a remuneração de servidores estaduais e municipais e novas regras para distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

— Achamos o caminho para que parlamentares discutam a solução. O patamar da ousadia

inicial define o patamar do texto final — disse Nelson Jobim, presidente da comissão.

Outra sugestão do relatório é que conste no Código Penal crime relacionado a práticas de guerra fiscal, no âmbito dos crimes contra finanças públicas. A pena varia de um a quatro anos de cadeia. O relator da comissão, Everardo Maciel, explicou que a ideia é atingir práticas relacionadas ao ICMS e ao ISS.

Recursos para estados

Segundo o relator, a divisão dos recursos do FPE foi separada em duas partes. O primeiro critério reproduz a forma do que foi já distribuído entre os estados em 2012. O segundo sugere transição até 2018, com base em dois vetores: um diretamente proporcional à população e outro inversamente proporcional ao produto interno bruto (PIB) per capita do estado beneficiado.

Maciel ressaltou que a comissão apresentou uma solução conjunta, com várias proposições que podem compensar eventuais perdas de arrecadação. Segundo ele, a perda ocasionada por uma proposição pode ser anulada com o aumento que vem de outra proposta, no que chamou de compensação cruzada.

— Podemos dizer que, se não está ótimo para todos, não está ruim para ninguém — disse.

O relator informou que há mais duas proposições. Um anteprojeto vai tratar de uma legislação geral sobre o federalismo, com o objetivo de evitar conflitos entre os estados, como é o caso da guerra fiscal. Outro anteprojeto vai sugerir uma legislação específica para tratar dos royalties dos minérios. O relator não quis anunciar uma data, mas disse que a entrega das duas sugestões deve ocorrer em dez dias.

Sarney diz que comissão recolocou na agenda debate sobre Federação

José Sarney afirmou que o trabalho da comissão fez com que o Senado recolocasse na agenda o debate sobre questões da Federação e da República. Para ele, assuntos como guerra fiscal e desigualdades regionais podem comprometer o ideal de Federação do país.

— Jobim deu sua inteligência na condução dos trabalhos da comissão, que será um marco permanente no Senado quando o assunto for pacto federativo — disse Sarney.

O presidente do Senado não confirmou a criação de uma comissão de senadores para tratar dos assuntos propostos, mas sinalizou que a tramitação dos projetos deve ocorrer de forma conjunta.

Para Sarney, a riqueza nacional deve ter distribuição justa. Ele disse que o FPE já cumpriu a finalidade e precisa de ajustes para promover justiça social.

— Estamos trabalhando pela unidade do Brasil — disse.

GOVERNADORES PEDEM MAIS EQUILÍBRIO NOS RECURSOS

Os governadores André Puccinelli (Mato Grosso do Sul) e Wilson Martins (Piauí) reuniram-se com Sarney ontem no Senado para pedir novos critérios na distribuição do FPE. Puccinelli argumentou que repasses a estados e municípios diminuem gradativamente, causando dificuldades de gestão e aumento das dívidas. Martins disse que é preciso garantir maior transferência aos estados com menor receita. Por decisão do Supremo Tribunal Federal, as normas atuais do FPE valem até 31 de dezembro, ficando os recursos bloqueados se até lá não forem aprovadas novas regras.

Márcio Kallume/Agência Senado



Contrário à Comissão do Pacto Federativo, Delcídio ouviu Luiz Henrique na CAE

Delcídio: estados se preocupam com FPE, incentivos fiscais, juros de dívida e royalties

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), afirmou que há grande preocupação nos estados com o encaminhamento de assuntos com forte impacto nas relações federativas, como o rateio do Fundo de Participação dos Estados, os incentivos fiscais, os juros das dívidas e os royalties do petróleo.

Esses temas dependem de deliberações do Senado e da Câmara e, segundo Delcídio, precisam ser efetivamente discutidos. O senador disse que o Plenário vive hoje sob “a ditadura dos líderes” e só vota medidas provisórias, enquanto as grandes discussões

ficam restritas às comissões. Ele afirmou ser contra a chamada comissão dos notáveis, formada para discutir o pacto federativo.

— Imagine se senadores eleitos votarem contra alguma matéria sugerida pelos juristas. Estaremos diante de um impasse institucional — disse.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que grande parte das sugestões dos notáveis (que tramitarão na forma de projetos de lei) é constituída de matérias de competência da CAE. Por isso, recomendou que esta se manifeste, institucionalmente, sobre o assunto.

Paim: FPE e ICMS discutidos juntos

Paulo Paim (PT-RS) disse que o Fundo de Participação dos Estados (FPE) deve ser discutido em conjunto com a guerra fiscal (com incentivos de ICMS) e a divisão dos royalties do petróleo.

— São projetos da maior relevância para o povo brasileiro, que devem fazer parte de uma agenda única, com o intuito de buscarmos soluções

que visem manter o equilíbrio entre os entes federados e um desenvolvimento harmônico com respeito às diversidades inter e extrarregionais.

O prazo para a definição de novas regras do FPE é 22 de dezembro (último dia do ano legislativo). Caso contrário, os repasses serão suspensos, o que acarretará prejuízos aos estados, observou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cyro quer privatização de aeroporto

A privatização de aeroportos, portos, rodovias e ferrovias foi defendida em Plenário por Cyro Miranda (PSDB-GO) como forma de estimular o desenvolvimento do país.

Para o senador, é preciso acabar com o “ranço estatizante e retrógrado” de manter sob o controle do Estado segmentos da economia que tendem a funcionar melhor

quando são gerenciados pela iniciativa privada. Só assim, argumentou, o Brasil resolverá os gargalos de infraestrutura.

Para ele, o governo federal não encontrará parceiros da iniciativa privada para investimento em aeroportos, por meio de concessões, se esses aeroportos continuarem sob o controle da Infraero, uma empresa pública.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Plenário acata substitutivo da Câmara a proposta que facilita o acesso de pessoas com câncer com dor intensa a analgésicos derivados da morfina

Senado aprova prazo para início de tratamento de câncer pelo SUS

Segue à sanção projeto que determina máximo de 60 dias entre o diagnóstico e a realização de cirurgia, radioterapia ou quimioterapia

OS SENADORES APROVARAM ontem, em Plenário, projeto que estabelece o prazo máximo de 60 dias, contados do diagnóstico, para o início efetivo do tratamento de pacientes com câncer pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O texto — substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 32/97 — prevê que esse prazo pode ser menor, conforme a necessidade terapêutica do caso, e será considerado cumprido quando o SUS realizar cirurgia, radioterapia ou

quimioterapia. Os gestores do SUS ficam sujeitos a penalidades administrativas em caso de descumprimento dessas disposições.

Outra medida prevista no projeto é o acesso gratuito e privilegiado a analgésicos derivados do ópio — como morfina, petidina, codeína, tramadol, buprenorfina e naloxone — para pessoas com câncer que estejam sofrendo com dores intensas e constantes.

A proposta obriga os estados a elaborar planos regionais de

instalação de serviços especializados em oncologia, de modo que áreas não contempladas passem a ter acesso a esses serviços.

A proposição original, do ex-senador Osmar Dias, dispunha apenas sobre o tratamento com analgésicos e foi aprovada no Senado em 1997. Na Câmara, foi modificada por emenda do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

Em seu parecer sobre o substitutivo de Perondi, Ana Amélia (PP-RS) afirmou que “o texto

é preciso ao tratar o lapso de tempo entre o diagnóstico de câncer e o início do tratamento da doença”. Para a senadora, a demora em começar o tratamento é o principal problema na terapêutica do câncer no Brasil. Segundo Ana Amélia, a aprovação do projeto trará grandes benefícios para as mulheres com câncer de mama.

O substitutivo, aprovado pela Câmara em junho e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado no mês passado, vai agora à sanção.

Acatadas mudanças no Programa Senado Jovem Brasileiro

Foi aprovado o projeto que modifica as regras de participação no Programa Senado Jovem Brasileiro (PRS 1/12). A proposta, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Jorge Viana (PT-AC), acaba com a idade mínima de 16 anos para inscrição no concurso de redação. A idade máxima continua sendo 19 anos.

O projeto mantém a exigência de que os alunos estejam matriculados no ensino de médio de qualquer escola estadual.

A proposta proíbe a participação do estudante que já tenha sido finalista no concurso ou premiado no Projeto Jovem Senador.

Outra alteração é a possibilidade de substituir o estudante vencedor do concurso em cada estado pelos classificados em segundo ou terceiro lugar, caso o primeiro colocado não possa participar do Projeto Jovem Senador. A medida visa garantir a representação de todas as unidades da Federação.

O projeto passou pela Comissão Diretora e pelas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Nascimento parabeniza Arthur Virgílio

Alfredo Nascimento (PR-AM) parabenizou o prefeito eleito de Manaus, Arthur Virgílio, que recebeu mais de 65% dos votos válidos no segundo turno das eleições. O senador elogiou as afirmações de Virgílio de que buscará o diálogo com os governos estadual e federal em prol da população.

— A condução do projeto de recuperação de Manaus deve ser colocada acima de quaisquer rusgas. Vivemos um momento propício para fazer avançar as demandas — disse Nascimento.

Segundo o senador, a presidente Dilma Rousseff deu sinais de que oferecerá aos prefeitos tratamento isonômico, independentemente do partido a que pertencam.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa critica declarações de jornalista

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou declarações feitas pelo jornalista Ricardo Noblat, no *Programa do Jô*, na Rede Globo.

Noblat teria dito ao apresentador Jô Soares que a senadora “montou a farsa do ovo para se apresentar como vítima e tentar virar o quadro eleitoral em Manaus”.

Candidata a prefeita, a senadora foi acusada de forjar ter sofrido ataque de alguém que lhe atirou um ovo. Vanessa disse que enviou ao programa provas confirmando que o episódio ocorreu de fato.

— Baseado em uma denúncia-crime apresentada por mim junto ao Tribunal Regional Eleitoral, esse jornalista foi multado em R\$ 65 mil — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Dilma garantiu uma ampla base, diz Lídice

Segundo Lídice da Mata (PSB-BA), o governo de Dilma Rousseff teve “uma vitória evidente” nas eleições municipais. A senadora afirmou que as legendas que apoiam o governo tiveram um ótimo desempenho nas eleições graças ao “equilíbrio e capacidade de análise” da presidente. Ela destacou que o PT conquistou 636 prefeituras e o PSB, outras 442, crescendo mais de 40%.

— Mágoas remanescem, contenciosos permanecem, conflitos ainda se prolongam para além do período eleitoral, mas segue firme a unidade política nacional de uma ampla base partidária de sustentação ao governo Dilma, e isso é extremamente importante e salutar — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

PSB cresceu nas eleições, registra Capiberibe

O crescimento do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições foi comemorado por João Capiberibe (AP).

— Aos 65 anos, o PSB é hoje um partido que orgulha os seus militantes, que ainda hoje mantêm vivos os postulados dos seus fundadores — disse.

Na avaliação do senador, o PSB é respeitado pelos brasileiros por ser fiel aos princípios e ao programa partidário.

Capiberibe comemorou as vitórias em segundo turno do PSB em Fortaleza, Cuiabá, Porto Velho, Duque de Caxias (RJ), Petrópolis (RJ) e Campinas (SP). No primeiro turno, lembrou o senador, o PSB já havia conquistado as Prefeituras de Belo Horizonte e Recife.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo defende fim do voto obrigatório

No primeiro turno das eleições de 2012, a abstenção chegou a 16,4% dos 138,5 milhões de eleitores, disse Casildo Maldaner (PMDB-SC), defendendo o fim do voto obrigatório. O senador informou que outros 9,2% votaram em branco ou nulo.

— Temos um contingente total de 35,5 milhões de eleitores absolutamente alheios ao processo, mais de um quarto do total dos votos no Brasil. Os brasileiros já estão amadurecidos para entender a importância do direito ao voto, e para escolher se querem ou não exercer esse direito. A obrigatoriedade converte um direito de cidadão em dever de súdito, é um voto compulsório — ponderou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jayme: atenção a serviços de inteligência

“O Executivo falhou ao desconsiderar as contribuições que poderiam vir do Congresso quanto à Política de Defesa Nacional, à Estratégia Nacional de Defesa e ao *Livro Branco de Defesa Nacional*”, afirmou Jayme Campos (DEM-MT). O senador é relator da Mensagem ao Congresso 83/12, que apresenta essas matérias.

— O Legislativo tem sido relegado ao segundo plano, posto que não participou nem do debate, nem da elaboração de nenhum desses três instrumentos — lamentou.

Jayme lembrou que o regimento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, instalada há 12 anos, ainda está pendente de aprovação.

CPI do Cachoeira ainda sem acordo para prorrogar trabalhos

Terminou sem acordo a reunião de ontem da CPI do Cachoeira para tratar da prorrogação dos trabalhos. Enquanto os integrantes da oposição tentam adiar o prazo final do grupo por mais 180 dias, a base governista pressiona para um término mais rápido, sem ampliação de prazos. Caso não haja alterações, o relatório final deverá ser votado no dia 4 de novembro, como já estava previsto.

No Senado, a oposição conseguiu 35 assinaturas para o adiamento. São necessárias 27, ou um terço dos membros da Casa. Na Câmara, no entanto, há pouco mais de 130 assinaturas e seria preciso ter a adesão de pelo menos 171 deputados.

Ao deixar a reunião de ontem, o líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), disse que deverá apresentar um voto em separado, a ser encaminhado ao Ministério Público. O objetivo é pedir providências para uma melhor apuração do esquema, que envolve a atuação do grupo de Cachoeira com jogos ilegais e influência em contratos do governo.

A base e a oposição no Congresso divergem sobre a convocação de novos depoentes.

Alvaro Dias defende mais seis meses de investigações

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a prorrogação da CPI do Cachoeira por mais 180 dias, prazo máximo previsto em lei, e não por 45 dias, como fora proposto por alguns parlamentares.

A prorrogação dos trabalhos foi decidida no último dia 16. O período deveria ter sido definido ontem pelos líderes da Câmara e do Senado, mas não houve acordo.

— Vamos defender a prorrogação que o Regimento nos permite, de 180 dias, para que possamos oferecer ao país a exata fotografia desse escândalo de corrupção denunciado nacionalmente, mas que ainda não teve a abordagem necessária, sobretudo na Região Sudeste, uma vez que os esforços iniciais da investigação concentraram-se basicamente em Goiás.



Escândalo não teve a devida apuração, sobretudo no Sudeste, diz senador

Aprovada indicação de Teori Zavascki para o STF

Ministro do Superior Tribunal de Justiça foi indicado ao Supremo Tribunal Federal, pela presidente Dilma Rousseff, para ocupar a vaga aberta por Cezar Peluso, que se aposentou em agosto

COM 57 VOTOS favoráveis, 4 contrários e nenhuma abstenção, o Senado confirmou ontem o magistrado Teori Albino Zavascki como novo ministro do Superior Tribunal Federal (STF). Zavascki, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a vaga decorrente da aposentadoria de Cezar Peluso.

— O ministro Teori Zavascki é um homem excepcionalmente competente, de uma capacidade reconhecida e uma integridade a toda prova — assinalou o presidente do Senado, José Sarney, após

o anúncio do resultado da votação.

Durante a votação, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), elogiou a participação intensa dos senadores na sabatina a que Zavascki foi submetido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em 18 de outubro.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou a postura de "homem público pela causa da Justiça" e a suavidade que o magistrado demonstrou na sabatina.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) elogiou a presidente Dilma Rousseff pelo reco-

nhocimento à carreira e ao conhecimento jurídico do ministro, sendo acompanhado pelos senadores Jorge Viana (PT-AC) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a indicação é uma honra para seu estado e para o Judiciário brasileiro.

Natural de Faxinal dos Guedes (SC), Teori Zavascki atuou como advogado do Banco Central e desembargador federal. Foi indicado para o STJ em dezembro de 2002, tendo seu nome ratificado pelo Senado em 13 de março de 2003.



Senadores confirmam nome de Zavascki, que já havia passado por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça

Para Tomás, análise do Código Penal não pode ser apressada

Tomás Correia (PMDB-RO) comentou a inquietação de especialistas em Direito quanto a uma suposta pressa na tramitação da reforma do Código Penal. Para ele, o código não pode ser aprovado sem uma ampla discussão com a sociedade sobre aborto, eutanásia e liberação das drogas:

— As críticas são fortes, são contundentes e, precisamos admitir, muitas delas são fundamentadas, pois foram formuladas por uns dos maiores especialistas em matéria penal deste país. Para alterar um simples artigo do Código Penal, às vezes demora décadas. Por que um diploma desses tem que tramitar com pressa exagerada?.

Tomás leu uma carta do jurista René Ariel Dotti que critica o projeto por distorções na proporcionalidade das penas previstas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado criará comissão para atualizar Lei de Execução Penal

O Plenário do Senado aprovou ontem a criação de uma comissão de juristas para propor a atualização da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), que trata do direito do preso e da reintegração dele à sociedade. A comissão terá 60 dias para apresentar um anteprojeto. A proposta de criação da comissão é do senador José Sarney (PMDB-AP).

A comissão terá 11 integrantes com "notório saber jurídico e reputação ilibada", a ser designados pelo próprio Sarney, presidente do Senado. Ela poderá receber sugestões da sociedade e realizar audiências públicas.

A comissão da Lei de Execução Penal se soma a outras formadas nos últimos anos para colaborar no processo de atualização da legislação. Ela funcionará nos mesmos moldes das comissões instituídas no Senado para propor a reforma dos Códigos Penal, de Processo Penal, de Processo Civil e de Defesa do Consumidor.

Criação de dez cargos no TRT de Rondônia é acatada

O Senado também aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 40/12, que cria dez cargos de analista judiciário no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 14ª Região, sediado em Porto Velho.

Os cargos são para a especialidade execução de mandados. O objetivo é acompanhar o aumento da demanda gerada, especialmente, pelas obras das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

Outro fator é a peculiaridade geográfica da região, que dificulta o transporte e o cumprimento de mandados judiciais. A proposta segue agora para sanção da presidente Dilma Rousseff.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Couto: "Mensalão é uma pequena parte da corrupção generalizada"

Couto pede que STF julgue processos contra parlamentares

Mário Couto (PSDB-PA) parabenizou os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo julgamento do mensalão, mas pediu que a Corte aprecie também outros processos que envolvam parlamentares, promovendo "uma limpeza" no Congresso.

— Muitos políticos estão aqui sentados nessas cadeiras respondendo a 30, a 40, a 50 processos, e o Supremo não julga. O mensalão é uma pequena parte da corrupção generalizada no país. Enquanto tem senadores que mal possuem um carro para realizar os seus trabalhos, outros moram em apartamentos luxuosos — disse.

A líder do PSB, Lídice da Mata (BA), afirmou que Couto havia ferido o decoro parlamentar. Na presidência da sessão, Zeze Perrella (PDT-MG) determinou o recolhimento das notas taquigráficas dos pronunciamentos. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu que Mário Couto apresente nomes. Já o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), argumentou que Couto não teve a intenção de generalizar.

Direito

Mais tarde, Mário Couto voltou à tribuna para dizer que tinha sido cerceado em seu direito de falar em Plenário.

— Além de cortarem praticamente todo o meu pronunciamento, palavras que eu falei na tribuna, na tarde de hoje, foram tiradas do meu pronunciamento [das notas taquigráficas]. Não quero que o meu direito democrático seja tirado nesta Casa, eu não vou admitir. Palavras como "ladroão". Eu quero que a palavra ladroão esteja contida no meu pronunciamento — disse o senador, ao solicitar que o presidente do Senado, José Sarney, apure o episódio.

De acordo com Mário Couto, ele teve pronunciamentos cortados outras vezes. Sarney prometeu apurar o que ocorreu na sessão de ontem.

Lúcia Vânia se solidariza com índios guaranis-caiúás



Waldemir Barreto/Agência Senado

A comunidade indígena guarani-caiúá, que poderá ser expulsa das terras que habita em Mato Grosso do Sul, recebeu ontem solidariedade de Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela pediu ao governo que acelere o processo de demarcação das terras. O caso será examinado amanhã pela Comissão de Direitos Humanos.

A senadora disse apoiar integralmente o pedido do Ministério Público Federal pela permanência dos índios na Fazenda Cambará. Ontem uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região garantiu à comunidade o direito de ficar no local até que seja concluída a demarcação.

Semana passada houve um suicídio e, na anterior, estupro de uma índia de 22 anos. Não houve suicídio coletivo, como chegou a ser noticiado, mas os índios estão dispostos a lutar.

Mozarildo defende ocupação da Amazônia para desenvolvimento



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que o Brasil deve ocupar e desenvolver a Amazônia. Ele criticou o que chamou de conservacionismo extremo de ONGs internacionais para as quais isso significaria devastar a região.

— É nos chamar no mínimo de incompetentes ou paranóicos — afirmou.

O senador elogiou o seminário *Soluções para a Amazônia Brasileira*, realizado no Rio de Janeiro, e elogiou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 380/12, que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

— Nesse projeto, a gente procura criar uma política permanente que leve em conta o desenvolvimento e a defesa da Amazônia — disse o senador.

Ministra da Cultura destaca necessidade de contemplar mudanças trazidas pela internet e pela digitalização de acervos, e pede o apoio dos senadores à ampliação das verbas para a pasta em 2013

Marta anuncia para breve projeto sobre direito autoral

A MINISTRA DA Cultura, Marta Suplicy, anunciou que o governo espera concluir em breve projeto para mudar a legislação sobre direito autoral. A Lei 9.610/98 precisa ser atualizada, até para contemplar as novidades introduzidas pela informática, afirmou.

A senadora licenciada citou como exemplo a digitalização de acervos. Ao visitar a Biblioteca Nacional, Marta perguntou quando o conteúdo dos livros estaria disponível na internet, e foi informada sobre problemas relativos ao direito de propriedade dos autores.

— Vamos digitalizar seis milhões de livros e não colocar na internet? Temos que arrumar uma solução para compensar o autor, para que sua obra não seja indevidamente explorada, mas o século 21 não tem volta.

A ministra participou de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), sugerida por ela, para apresentar aos senadores detalhes da gestão da pasta, que



Marta Suplicy e Paulo Bauer durante audiência na Comissão de Educação

assumiu em 12 de setembro.

Marta pediu o apoio dos senadores à ampliação das verbas do Ministério da Cultura em 2013, por meio de emendas ao projeto de Orçamento da União. Entre os projetos a serem beneficiados, ela mencionou o dos Pontos de Cultura e o de implantação de museus em municípios onde não há nenhum. A ministra pediu também apoio à construção, em Brasília, da sede da Fundação Palmares e de um museu sobre a cultura afro-brasileira.

Ministra apoia proposta de Virada Cultural nos estados

A ideia de realização anual de uma Semana da Virada Cultural em cada estado, sugerida por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), recebeu o apoio da ministra Marta Suplicy. A cada ano o evento ocorreria em um estado diferente, segundo a proposta apresentada na audiência.

Valadares propôs ainda o estabelecimento de uma agenda de encontros anuais de cultura nos estados, como estímulo à valorização das culturas regionais.

Presidindo a audiência, Paulo Bauer (PSDB-SC) sugeriu que empresas privadas beneficiadas por financiamentos do BNDES façam, em contrapartida, investimentos culturais nas cidades onde se

localizam. Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu apoio da ministra a projeto de sua autoria que torna obrigatória a projeção de filmes nacionais nas escolas (PLS 185/08).

Lídice da Mata (PSB-BA) ressaltou a necessidade de se aliar o turismo à cultura e propôs que o governo federal lance um "PAC da Cultura", antes da Copa do Mundo de 2014. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu apoio à construção, em São Paulo, de um teatro destinado à Orquestra Sinfônica de Heliópolis.

Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que o atual sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais "não é transparente e pode ser considerado anacrônico".

Atualização da Lei Rouanet pode ser relatada por Sarney

Ao comentar o projeto que atualiza a Lei Rouanet (Lei 8.313/91), a ministra Marta Suplicy sugeriu o nome de José Sarney (PMDB-AP) para relatá-lo quando chegar ao Senado. A proposta, apresentada pelo Executivo após consulta pública, encontra-se na Câmara.

— Seria uma homenagem a ele, que criou a primeira lei de incentivo à cultura — disse Marta, referindo-se à Lei 7.505/86, conhecida como Lei Sarney, promulgada pelo atual presidente do Senado quando era presidente da República.

A ministra anunciou ainda que encontra-se em estudo a possível elevação, de 4% para até 6%, do teto de dedução do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) para a cultura.

Municípios afetados pela seca precisam de ajuda, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) enumerou no Plenário pedidos de prefeitos e líderes de municípios nordestinos atingidos pela seca — o aumento do ritmo das obras de transposição do Rio São Francisco, da adutora do Rio Pajeú e da Ferrovia Transnordestina, a anistia dos pequenos agricultores endividados, a criação de condições adequadas para transporte e alimentação do rebanho e a construção de poços artesianos, açudes e cisternas.

Segundo Humberto, essa é uma das piores secas dos últimos 50 anos.

— É uma situação preocupante. Estamos falando de falta de água para o consumo humano, para o consumo animal, para as lavouras, com repercussão não somente para as áreas mais áridas, como também para toda a região e o país.

Cristovam quer multa para pais que não vão à escola dos filhos

"Sem a participação dos pais, a educação fica órfã, porque a escola sozinha não consegue cumprir integralmente o papel de formadora", disse Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que obriga os pais ou responsáveis a comparecerem às escolas pelo menos uma vez a cada dois meses, para se inteirar da vida acadêmica dos alunos.

Segundo o PLS 189/12, que tramita na Comissão de Educação, caso essa obrigação não seja cumprida, os pais poderão ser obrigados a pagar uma multa equivalente à cobrada de quem não comparece às eleições. O projeto, disse Cristovam, tem causado muito debate, "porque neste país só nos acostumamos a ter direitos, não deveres".



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

CPI da Violência contra Mulher ouvirá ministros

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra a mulher convidará autoridades para participar das próximas audiências públicas.

Em 27 de novembro, haverá um debate com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e o desembargador Ney José de Freitas, integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para novembro, também estão previstas audiências públicas e diligências nos estados do Rio de Janeiro, de Mato Grosso do Sul e do Amazonas.

Em Manaus, também haverá reuniões preparatórias em conjunto com o Ministério Público para tratar da legislação na questão da violência contra a mulher em território indígena, uma vez que os agressores estão sob proteção da Funai.

Nesta semana, a senadora Ana Rita (PT-ES), que é relatora da CPI da Violência contra a Mulher, e a deputada federal Marina Santanna (PT-GO) fazem visitas às delegacias especializadas de atendimento à mulher e ao Instituto Médico Legal (IML) no Distrito Federal e em cidades do Entorno.

Ana Rita: atendimento à mulher no DF é falho

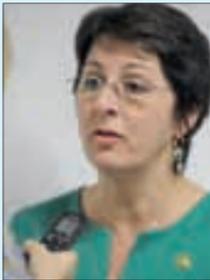
O Distrito Federal é o sétimo colocado no ranking nacional de violência contra a mulher, e a rede de assistência às vítimas está longe

do ideal. A constatação é de Ana Rita (PT-ES), relatora da CPI que investiga casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O balanço de dois dias de diligências — realizadas ontem e anteontem — nos órgãos de atendimento à mulher em situação de violência no DF e Entorno não se revelou animador.

— O quadro encontrado foi muito ruim. A estrutura é precária, principalmente em Luziânia, Valparaíso de Goiás, Planaltina e Formosa.

O *Mapa da Violência*, do Ministério da Justiça, mostra o DF com taxa de 5,8 homicídios a cada 100 mil mulheres, superior à média nacional de 4,4. A senadora defende mais investimento em estrutura física e na contratação de profissionais para atendimento especializado.



José Cruz/Agência Senado



Senador Rodrigo Rollemberg (4º à esq.) fala, entre convidados, na audiência que tratou da qualidade dos serviços oferecidos pelos planos de saúde

Fisioterapeutas dizem que plano de saúde paga apenas R\$ 12 por sessão

Em audiência no Senado, operadoras argumentaram que custos da saúde são crescentes e que lucratividade é baixa

NUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada ontem no Senado, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional acusou as operadoras de planos de saúde de pagar valores inferiores aos do mercado aos profissionais da rede credenciada. De acordo com a entidade, um fisioterapeuta recebe dos planos de saúde entre R\$ 5 e R\$ 12 por atendimento.

— É um valor vil, sem falar nos constantes atrasos de pagamento. O prestador de serviço se sacrifica porque tem amor à profissão. As operadoras nem sequer recebem os prestadores para negociar — afirmou a representante do conselho na audiência, Marlene Izidro Vieira.

O debate de ontem, sobre os problemas nos serviços oferecidos pelos planos de saúde, foi organizado pelas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O representante do Conselho Federal de Medicina, Aloísio Tibiriçá Miranda, concordou com as críticas dos fisioterapeutas. Ele citou os recentes protestos

e paralisações feitos pelos médicos contra os baixos honorários pagos pelos planos de saúde.

— Estamos caminhando para um oligopólio. O número de operadoras está diminuindo porque umas compram as outras. E, se isso acontece, é porque é um bom negócio. Se não fosse, migrariam para outro setor — afirmou Miranda.

Custo e risco altos

As operadoras de plano de saúde responderam que enfrentam, sim, custos elevados e alto risco. O presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Arlindo de Almeida, disse que as empresas se esforçam para cumprir as pesadas regulamentações do setor.

— A lucratividade é baixa. Somos o único setor em que as empresas têm custos ilimitados. Mais de mil operadoras deixaram o mercado desde o ano 2000.

Entidades de defesa do consumidor apontaram a negativa de cobertura, a demora no atendimento e os reajustes pesados das mensalidades como as

principais queixas dos clientes contra os convênios médicos. Como exemplos de negativas frequentes, citaram consultas médicas, cirurgias de redução de estômago, partos e análises moleculares de DNA para doenças genéticas.

— Mas são serviços básicos, sobre os quais não pairam dúvidas a respeito do direito dos consumidores previsto em contrato — argumentou Joana Indjaian, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Por 11 anos seguidos, os planos de saúde lideraram o ranking de queixas recebidas pelo Idec. No ano passado, caíram para o segundo lugar, ficando atrás apenas dos bancos.

Almeida, da Abramge, apresentou pesquisas feitas por institutos particulares mostrando que 80% dos clientes estão satisfeitos com o serviço oferecido pelos convênios de saúde.

— Fazemos 890 milhões de procedimentos por ano, e o índice de reclamação é de 2,17 para 100 mil procedimentos — disse.

A audiência pública foi presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Operadoras continuarão suspensas, diz agência reguladora

O presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Mauricio Ceschin, afirmou que as operadoras de planos de saúde que tiveram suspensa a comercialização de novos planos em razão de descumprimento de prazos de atendimento de usuários permanecerão impedidas até a divulgação do novo ciclo de amostragem, que apontará se os problemas foram corrigidos. A divulgação está prevista para 19 de dezembro.

— Aqueles planos que corrigiram as irregularidades e diminuíram as reclamações por não atendimento podem voltar a ser comercializados. Àqueles que não corrigiram, mantém-se a suspensão — afirmou Ceschin, em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em julho, a ANS suspendeu a venda de planos de 37 operadoras. Neste mês, foi suspensa a venda de planos de 38 operadoras.

Empresas afirmam que foram punidas sem direito de defesa

O presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Arlindo de Almeida, criticou a Agência Nacional de Saúde Suplementar por obrigar operadoras a suspender a venda de planos. Segundo ele, as empresas deveriam ter sido previamente notificadas, com prazo para a contestação dos dados apresentados. A agência adotou a medida como resposta ao crescimento das denúncias dos usuários de atrasos na marcação de consultas e exames.

— O mercado foi pego de surpresa. Foi um castigo muito severo, que mexe com a imagem das empresas — disse, na audiência da CDH e CMA.

O diretor de Desenvolvimento Setorial da agência, Bruno Sobral, justificou a decisão:

— Se a operadora não tem condições de atender, provavelmente não tem rede credenciada. Por isso, tem que parar de vender os planos e redimensionar a rede.



Ao lado de Jayme Campos, Ceschin fala no Senado

Ricardo Ferraço repudia agressão a jornalista

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) repudiou ontem em Plenário a agressão sofrida pelo jornalista e cinegrafista Wagner Martins, em Vila Velha (ES). Funcionário da Rede Gazeta de Comunicações, Wagner foi agredido quando cobria a

apuração do segundo turno das eleições.

— Foi uma agressão não apenas contra um pai de família, não apenas contra um trabalhador, contra um jornalista, mas ao estado de direito, à democracia, à liberdade de

exercício da imprensa. Foi uma cena estarrecedora, primitiva, que não tem nada a ver com a história do processo eleitoral democrático do estado.

O senador informou que a Ordem dos Advogados do Brasil do Espírito Santo, o

Sindicato dos Jornalistas do estado e movimentos populares também se solidarizaram ao jornalista.

Ele disse esperar que as autoridades apurem o fato e instaurem os inquéritos necessários para o esclarecimento.



Para o senador, ação contra Wagner Martins atinge o estado de direito



Miriam Belchior (2ª à esq.) fala a parlamentares ao lado do presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Pimenta, e do relator-geral da lei orçamentária, senador Romero Jucá

Governo avalia compensação para municípios

Ministra do Planejamento diz em audiência que desoneração fiscal no IPI, por exemplo, pode motivar medidas de apoio devido à queda na arrecadação

A MINISTRA DO Planejamento, Miriam Belchior, disse ontem em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que a presidente Dilma Rousseff estuda a possibilidade de adotar medidas para compensar municípios pela desoneração fiscal que a União promove para estimular o consumo, como redução do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI) e de outros impostos que compõem o Fundo de Participação dos Estados.

Miriam afirmou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem permitido obras de infraestrutura em muitos municípios, mas reconheceu uma “situação específica” de crise em algumas regiões. Ela explicou que Dilma já determinou a assessores uma análise nas demandas encaminhadas ao governo pela Confederação Nacional de Municípios.

— Talvez não seja possível atender, mas está sendo feita

uma análise desse momento delicado — disse a ministra.

O senador Benedito de Lira (PP-AL) considerou que a desoneração fiscal adotada pelo governo contribui para a manutenção de empregos, mas apontou dificuldades dos municípios mais pobres, que não têm como fechar as contas no fim do ano. Ele cobrou um prazo maior para a renegociação das dívidas com a Previdência Social, alegando que a grande maioria dos municípios menores está inadimplente e não tem recursos para pagar os compromissos fiscais.

A ministra disse ainda que

a presidente Dilma está “atenada e sintonizada” com a estiagem no Nordeste. Além das ações emergenciais, o governo já selecionou R\$ 2,2 bilhões para obras nos estados localizados no semiárido da região, afirmou.

Créditos extras

Quando falou sobre a participação da sociedade na elaboração do Orçamento da União, Miriam cobrou empenho dos parlamentares para a votação de 52 projetos de lei que tramitam na CMO e abrem créditos extraordinários para órgãos do Executivo.

Esses recursos são importantes para que o governo federal dê continuidade a iniciativas que dependem da complementação de verba, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de acordo com Miriam.

Em resposta à ministra, o presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), explicou que, até o momento, 58 projetos tramitam na comissão, dos quais 28 são muito recentes, pois deram entrada apenas no dia 17. No total, dez projetos já foram aprovados no colegiado, que voltará a se reunir amanhã.

Acordo com servidores prevê reajustes salariais até 2015

A ministra ressaltou na audiência que o governo manteve entendimento com 93% dos servidores do Executivo sobre aumentos salariais futuros. Segundo ela, o acordo atinge 350 mil servidores de universidades, 700 mil servidores civis e 650 mil militares.

Miriam explicou que são propostos 5% em 2013, índice a ser repetido em 2014 e 2015, com exceção das áreas de educação — em especial os docentes e técnicos administrativos —, ambiental e militar. Em 2013, afirmou, a despesa com pessoal no Executivo será de R\$ 8,9 bilhões. No Legislativo, será de R\$ 285 milhões.

O Judiciário aceitou essa proposta, mas explicitou que tentaria ir além, no Congresso. O impacto da proposta do Judiciário é de R\$ 964 milhões, e do Ministério Público da União, de R\$ 123 milhões.

A ministra disse que o resumo das negociações está no Anexo V da proposta orçamentária, que apresenta a reestruturação de carreiras e aumento de remuneração (R\$ 10,3 bilhões) e as despesas com novos funcionários e substituição de terceirizados (R\$ 2,6 bilhões).

— A média salarial do Ministério Público é de R\$ 17 mil. A do Judiciário, R\$ 11 mil, e a do Executivo, R\$ 8 mil — afirmou.

Mais gerencial, novo Orçamento se volta para gestão de resultados

Para tornar o Orçamento de 2013 mais gerencial e voltado para a gestão de resultados, o governo transformou as 21 rubricas de 2012 em apenas uma, explicou Miriam aos parlamentares. Ela disse que foi criado um mecanismo para garantir a transparência e facilitar o processo de apresentação de emendas.

A ministra apontou avanços na regionalização das dotações orçamentárias, citando a manutenção de rodovias, que era uma só dotação e hoje são 27, uma para cada estado. Em relação a futuros cortes, considerou o tema prematuro, mas observou que a intenção

do governo é minimizar contingenciamentos. Sobre o uso da taxa Selic como referência a títulos do governo, Miriam disse que a redução dos juros desestimula a postura de ganhar sem trabalhar. Segundo ela, fundos de pensão já têm postura muito diferente e buscam investimentos produtivos.

Quanto ao acréscimo de R\$ 23,9 bilhões na previsão das receitas de 2013, a ministra disse que o projeto original não contemplou questões como o programa de concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos. O relatório, do deputado Cláudio Puty (PT-PA), deve ser votado hoje na CMO.

Programação monetária segue para a Câmara

A programação monetária do terceiro trimestre, elaborada pelo Banco Central, foi aprovada ontem pelo Plenário e segue agora para a Câmara dos Deputados. O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 536/12 contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, metas indicativas da evolução trimestral e descrição sucinta das perspectivas da economia nacional para o trimestre e para o ano. O relatório de Renan Calheiros (PMDB-AL) foi apresentado por Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Edital do trem-bala é adiado por 15 dias para mudanças

Previsto para hoje, o anúncio do edital para construção do trem de alta velocidade, também chamado de trem-bala, deve ser adiado por 15 dias. A informação é do presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo.

Ele falou aos jornalistas após debate na comissão do Congresso encarregada de analisar a MP 576/12, que trata das atribuições da EPL e das novas regras para expansão da infraestrutura de transportes no país.

Segundo Figueiredo, o edital está sendo reformulado para acolher parte das 150 sugestões recebidas. Entre as mudanças, a redução do tempo mínimo de experiência exigido da empresa interessada em participar da concorrência — inicialmente previsto em dez anos.

A redução deve permitir a participação de grupo coreano liderado pela Hyundai, que atua há cerca de oito anos no setor e, de acordo com o presidente da EPL, “tem se destacado pela eficiência”.



Bernardo Figueiredo fala na comissão mista presidida por Clésio Andrade (E)

Seis grupos que dominam a tecnologia para operação do trem-bala estariam interessados em participar da licitação. Após o lançamento do edital, os concorrentes terão oito meses para apresentar propostas. O processo deve estar concluído em julho de 2013.

Considerado prioridade pelo governo, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o trem de alta velocidade fará um percurso de 500 quilômetros, entre Rio de Janeiro e Campinas (SP), e tem investimento estimado em R\$ 33,6 bilhões.

No debate de ontem, Figueiredo também defendeu a adoção de um sistema de transporte ferroviário independente, no qual o transportador de cargas não precisa ser associado ao concessionário da malha ferroviária.

De acordo com as normas em vigor, o detentor da malha é também operador exclusivo, resultando em monopólio. Com as novas regras previstas na MP, o governo quer acabar com as imposições das concessionárias.

O presidente e o relator da comissão mista, senador Clésio Andrade (PMDB-MG) e deputado Henrique Fontana (PT-RS), apoiaram a ideia.